

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2020

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC000024/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/01/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR074951/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 47620.004318/2020-88
DATA DO PROTOCOLO: 19/01/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE LAGES, CNPJ n. 82.790.312/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PEDRO ELOI BASSIN;

E

SIND DO COM VAREJ DE PRODUTOS FARMACEUTICOS DO OES CAT, CNPJ n. 80.623.622/0001-05, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SERGIO DE GIACOMETTI;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Comércio varejista de produtos farmacêuticos nos municípios de Lages, Otacílio Costa, Correia Pinto e São Joaquim**, com abrangência territorial em **Lages/SC**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

O piso salarial da categoria a partir de 01/01/2020 até 31/12/2020 será de **R\$ 1.530,00** (um mil e quinhentos e trinta reais), devido após 90 (noventa) dias de trabalho na mesma empresa

Parágrafo único: Ao empregado admitido para exercer exclusivamente as funções de serviço de limpeza e Office Boy poderá ser pago salário inferior ao Piso estabelecido no *caput* desta cláusula, respeitado o piso estadual.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

O salário dos integrantes da categoria profissional, independentemente de faixa salarial, será reajustado a partir de 01/01/2020, pela aplicação do percentual de **4%** (quatro por cento), a incidir sobre o salário vigente em dezembro/2019, compensadas as antecipações legais ou espontâneas pagas após janeiro/2019, salvo os decorrentes de promoção, término de aprendizagem, transferência de cargo, função, ou localidade e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

Parágrafo único: Aos comissionistas que percebem salário misto (parte fixa e variável), os reajustes ora concedidos incidirão sobre a parte fixa do salário.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

O pagamento do salário será feito através de recibo ou, se via crédito bancários, mediante discriminativo de pagamento, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e do qual constarão a remuneração, com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, os dias trabalhados ou o total da produção, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

§ 1º: Os descontos efetuados nas verbas salariais e/ou indenizatórias do empregado, desde que por ele autorizadas por escrito, serão válidos de pleno direito. Os descontos objeto deste parágrafo compreendem aqueles previstos no art. 462 da CLT e os referentes a seguro de vida, assistência médica e/ou odontológica, seguro de saúde, mensalidade sindical e de grêmios dos empregados, cooperativas de crédito mútuo e de consumo e, ainda, as contribuições devidas ao sindicato profissional.

§ 2º: Se o pagamento do salário for feito com cheque, a empresa concederá ao trabalhador o tempo necessário para descontá-lo no mesmo dia.

§ 3º: Proíbe-se o desconto no salário do empregado dos valores de cheques não compensados ou sem fundos, salvo se aquele não cumprir as resoluções da empresa.

SALÁRIO PRODUÇÃO OU TAREFA

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO-SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus a igual salário do substituído.



CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO NORMATIVO DO COMMISSIONISTA

Aos empregados que percebem por comissão ou salário misto, fica assegurado o salário normativo estabelecido para a categoria profissional.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA OITAVA - CÁLCULO DE FÉRIAS, 13º SALÁRIO E VERBAS RESCISÓRIAS DOS COMMISSIONISTAS

O cálculo de férias, 13º salário e verbas rescisórias levarão em conta o valor médio das comissões dos últimos cinco meses de serviço.

CLÁUSULA NONA - EMPREGADO MAIS NOVO NA EMPRESA

O empregado mais novo na empresa não poderá perceber salário superior ao do mais antigo na função, salvo em caso de existência de quadro de carreira homologado pelo Ministério do Trabalho.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - QUEBRA DE MATERIAL

Não se permite o desconto salarial por quebra de material, salvo nas hipóteses de dolo ou recusa de apresentação dos objetos danificados, ou ainda havendo previsão contratual de culpa comprovada do empregado.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MORA SALARIAL

Considerando o 5º (quinto) dia útil para o pagamento do salário, em caso de mora salarial atribuível à empregadora, haverá multa pelo atraso salarial com base no piso da categoria, seguindo os seguintes critérios:

- a) do 6º ao 10º dia útil, multa de 1% (um por cento) por dia de atraso do salário;
- b) do 11º ao 30º dia, multa de 3% (três por cento) por dia de atraso do salário;
- c) a partir do 31º dia de atraso do salário, multa de 5% por dia de atraso do salário.

Parágrafo único: As multas acima estabelecidas serão devidas ao empregado, sem prejuízo da correção monetária e demais penalidades estabelecidas em lei ou nesta norma convencional, inclusive àquelas estabelecidas pelo não-cumprimento de obrigação de fazer.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Antecipação do percentual de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário aos empregados que requeriram até 10 dias antes do início das férias.

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GRATIFICAÇÃO DE CAIXA

Ressalvado o trabalho eventual, concede-se ao empregado que exerce exclusiva ou intermitentemente a função de caixa, a gratificação mensal de **R\$ 200,00** (duzentos reais).

Parágrafo único: A conferência de valores em caixa será na presença do operador responsável e do gerente ou seu substituto, dentro do turno de trabalho. Se houver impedimento, por determinação superior, para o acompanhamento da conferência ficará o empregado isento de responsabilidade por eventuais erros existentes.

OUTRAS GRATIFICAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ABONO

As empresas concederão mensalmente a seus empregados associados à entidade sindical profissional um abono no valor de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais). Caso a empresa opte em conceder o benefício também aos demais funcionários, deverá então pagar em dobro o valor aos associados ao sindicato. Este benefício não gera reflexos nas demais verbas trabalhistas.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORAS EXTRAS DOS COMISSIONISTAS

A remuneração das horas extras dos comissionistas tomará por base o valor das comissões auferidas durante o mês, dividido pelo número de horas efetivamente trabalhadas, multiplicando-se pelo número de

horas extras trabalhadas, acrescendo-se ao valor o adicional para hora extra, estabelecido nesta Convenção.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL NOTURNO

O empregado que trabalhar entre as 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte terá direito a adicional noturno de **30%** (trinta por cento) sobre o valor da hora normal.

COMISSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PROIBIÇÃO DE ESTORNO DE COMISSÕES

Ressalvada a hipótese prevista no art. 7º da Lei nº 3.207/57, fica vedado às empresas o desconto ou estorno das comissões do empregado, incidentes sobre mercadorias devolvidas pelo cliente, após a efetivação de venda.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GARANTIA DE EMPREGO

Será garantido o emprego e o salário ao trabalhador nas seguintes condições:

- a) APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA:** durante os 12 (doze) meses que antecedem a data em que o empregado adquire o direito à aposentadoria voluntária, desde que trabalhe na empresa há pelo menos 5 (cinco) anos. Adquirido o direito, extingue-se a garantia;
- b) SERVIÇO MILITAR:** do alistado, desde a data da confirmação da incorporação no serviço militar até 30 (trinta) dias após a baixa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ANOTAÇÃO NA CTPS

As empresas ficam obrigadas a anotar na carteira de trabalho a função efetivamente exercida pelo empregado, observada a Classificação Brasileira de Ocupações; e, no caso de comissionista o percentual das comissões contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

É assegurado o seguinte benefício ao trabalhador:

- a)** O empregado que for readmitido até 12 (doze) meses após sua demissão ficará desobrigado de firmar contrato de experiência, desde que admitido na mesma função.
- b)** O contrato de experiência ficará suspenso em caso de afastamento do trabalhador por motivo de infortúnio do trabalho, durante o respectivo período, completando-se o tempo nele previsto após o término do benefício previdenciário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CÓPIA E ANOTAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO – PERÍODO SE EXPERIÊNCIA

É obrigatória a anotação do contrato de trabalho por experiência na CTPS do empregado no ato de sua celebração, bem como o prazo estabelecido e sua prorrogação, se ocorrer. Além disso, deverá a empresa entregar, no mesmo ato, cópia ao empregado. O não cumprimento integral desta cláusula anulará o contrato de experiência, transformando-o em contrato de trabalho por tempo indeterminado.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DISPENSA JUSTIFICADA DO EMPREGADO

O empregado despedido por justa causa será informado, por escrito, dos motivos da dispensa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões de contrato de trabalho de empregado, independentemente de tempo de serviço, serão obrigatoriamente efetuadas perante a entidade sindical profissional, devendo a empresa agendar na entidade profissional a data e horário da homologação a ser realizada até o prazo máximo previsto na cláusula 24 desta norma convencional.

§ 1º: A entidade sindical profissional está autorizada a cobrar pelos serviços prestados, caso empregado e/ou empregador não estejam em dia com as contribuições previstas nas cláusulas 45 e 46 deste instrumento. Quando as partes (empregado e empregador) comprovarem a condição de sócio em sua entidade sindical, fica dispensada a referida cobrança.

§ 2º: O valor atribuído a prestação do serviço de homologação, quando cobrado, não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do salário normativo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PRAZOS PARA PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

A quitação das verbas rescisórias e a conseqüente homologação do termo serão efetuadas pela empresa até o terceiro dia útil imediato ao término do aviso quando houver cumprimento deste ou em 7 (sete) dias úteis da comunicação do aviso quando indenizado, sob pena de pagamento de salário até o efetivo cumprimento da obrigação, sem prejuízo das cominações previstas no artigo 477 da CLT, salvo quando comprovadamente o trabalhador der causa à mora.

Parágrafo Único: Ao comerciário fica assegurado o direito a percepção das verbas incontroversas, na hipótese da rescisão do contrato de trabalho por justa causa, dentro dos prazos estabelecidos no "caput" desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL

A quitação das verbas rescisórias será efetuada perante a entidade sindical profissional, independentemente de tempo de serviço.

Parágrafo Único: No ato da rescisão do contrato deve ser apresentada a documentação abaixo, além de outros exigidos pela Instrução Normativa SRT nº 15 de 14/07/2010 da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego:

- a) rescisão contratual em quatro vias;
- b) CTPS com anotações atualizadas;
- c) ficha de registro de empregados;
- d) notificação da demissão, aviso prévio ou pedido de demissão;
- e) extrato analítico do FGTS com saldo atualizado na data da rescisão;

- f) formulário do seguro desemprego aos demitidos sem justa causa;
- g) atestado médico demissional;
- h) comprovante de quitação quando o valor da rescisão for efetuado via bancária;
- i) carta de apresentação;
- j) comprovantes de recolhimento das contribuições previstas nesta CCT.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

O empregado despedido fica dispensado do cumprimento do aviso prévio quando comprovar a obtenção de novo emprego, desonerando a empresa do pagamento dos dias não trabalhados.

Parágrafo único: A empregada que pedir demissão até 180 (cento e oitenta) dias após o parto fica dispensado do cumprimento e da indenização do aviso prévio.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CHEQUES SEM FUNDO

As empresas não descontarão da remuneração de seus empregados as importâncias correspondentes e despesas oriundas de cheques sem fundos ou preenchidos irregularmente, cheques e cartões de crédito roubados, clonados ou falsificados e cédulas falsificadas ou a qualquer outro motivo, por estes recebidos quando na função de caixa, cobrador ou serviços assemelhados, uma vez cumpridas as normas da empresa, que deverão ser estabelecidas previamente e por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CARTA DE APRESENTAÇÃO

Fornecimento de carta de apresentação, quando solicitada, por escrito, pelo empregado desligado, constando a função e o tempo de serviço.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - HORAS EXTRAS

Os empregados poderão exceder a jornada normal de trabalho na forma do artigo 59 da CLT, sendo que as horas excedentes, até o limite diário de duas, serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) e as subseqüentes o acréscimo será de 100% (cem por cento), em relação ao valor da hora normal.

DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO DO COMISSIONISTA

Obrigatoriedade do pagamento dos descansos semanais e feriados aos comissionistas, sobre o valor das comissões.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE REPOUSO REMUNERADO - INGRESSO COM ATRASO

É assegurado o repouso remunerado ao empregado que chegar atrasado, quando permitido seu ingresso pelo empregador, compensado o atraso no final da jornada de trabalho ou da semana.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTAS AO EMPREGADO ESTUDANTE E VESTIBULANDO

Serão abonadas as faltas do trabalhador estudante e/ou vestibulando nos horários de exames regulares coincidentes com os de trabalho, desde que realizado em estabelecimento de ensino oficial ou autorizado legalmente e mediante comunicação prévia ao empregador, com o mínimo de 72 (setenta e duas) horas, e comprovação oportuna.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO

Independentemente da quantidade de funcionários, é obrigatória a utilização de livro-ponto, cartão magnético, eletrônico ou mecanizado, para o efetivo controle do horário de trabalho, afim de que possibilite o real pagamento ou compensação das horas trabalhadas além da jornada normal.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - INICIO DO PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS

O início das férias coletivas ou individuais deverá coincidir com a segunda feira, desde que nesta data não seja considerada como dia de repouso remunerado ou feriado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PARTICIPAÇÃO DE FÉRIAS

A concessão de férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cabendo a este assinar a respectiva comunicação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Ao empregado que rescindir, espontaneamente, seu contrato de trabalho, será pago férias proporcionais.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ASSENTOS NO LOCAL DE TRABALHO

A empresa manterá assentos para seus empregados em local onde os mesmos possam ser utilizados durante as pausas que os serviços permitirem.

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, UNIFORMES E INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Serão fornecidos gratuitamente ao trabalhador, quando exigidos por lei ou pelo empregador, todos os equipamentos de proteção individual, bem como uniformes, calçados e instrumentos de trabalho.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTA AO TRABALHADOR

O empregador abonará as faltas do (a) empregado (a), no caso de consulta médica ou na internação hospitalar de dependente até 16 anos de idade ou inválido, mediante comprovação por declaração médica.

RELAÇÕES SINDICAIS SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - SINDICALIZAÇÃO

As empresas facilitarão a sindicalização de seus empregados, em especial na oportunidade da admissão, além de recolher aos cofres sindicais as mensalidades e outras contribuições estabelecidas, desde que autorizadas por assembleia ou outra forma e sob a responsabilidade do Sindicato Profissional.

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - QUADRO DE AVISOS

Será afixado, na empresa, quadro de avisos do sindicato para comunicados de interesse dos empregados, vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivo.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DIRIGENTES SINDICAIS. FREQUÊNCIA LIVRE

Fica assegurada a frequência livre dos dirigentes sindicais para participação de assembleias e reuniões sindicais devidamente convocadas e comprovadas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LICENÇA DE DIRIGENTE SINDICAL

Mediante prévia comunicação da entidade sindical profissional com antecedência de 48 horas, cada empresa se compromete a conceder 8 dias de licença remunerada, consecutivos ou intercalados, em favor de dirigente sindical, legalmente eleito, efetivo ou suplente, devidamente identificado na comunicação, limitado a 01 empregado por empresa.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DADOS CADASTRAIS

Com vistas à atualização dos dados cadastrais junto aos Sindicatos Laboral e Patronal, as empresas integrantes da categoria, associadas ou não, deverão remeter às entidades (ambas) anualmente até 31 de janeiro, por meio eletrônico (e-mail) ou impresso seus dados, informando:

- a) Inscrição no CNPJ/MF;
- b) Razão Social e nome de Fantasia - se houver;
- c) Endereço completo;
- d) Capital Social atual;
- e) Nome completo de todos sócios da empresa;
- f) Número de empregados;
- g) Telefone/Fax e e-mail;
- h) Pessoa de contato na Empresa;
- i) Pessoa de contato no Escritório de Contabilidade, com telefone e e-mail.

Parágrafo Único: O não cumprimento do previsto nesta cláusula importará na aplicação de penalidade de 1 (um) salário normativo em favor de cada entidade, podendo ser objeto de cobrança judicial, com a incidência de correção monetária, juros e honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento).

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

As empresas que compõe a categoria econômica e são beneficiárias desta convenção, associados ou não ao sindicato econômico, recolherão ao Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Oeste de Santa Catarina, até o dia 30/03/2020, o valor único de R\$ 150,00, a título de Contribuição Negocial Patronal, destinada a manutenção da Entidade, com fundamento no art. 513, alínea "e" da CLT, combinado com o artigo 8º inciso IV da Constituição Federal. A empresa que se instalar na base territorial no período compreendido entre 01.01.2020 até 31.12.2020 também deve efetuar a contribuição e o recolhimento deve ser efetuado até o dia 30 do mesmo mês.

§ 1º: O pagamento da contribuição será efetuado através de guia fornecida pelo sindicato econômica ou através de depósito bancário.

§ 2º: será exigida a apresentação do comprovante de recolhimento por ocasião da homologação sindical ou outro ato que tenha obrigatoriamente a participação da entidade patronal.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As empresas descontarão na folha de pagamento de todos os seus empregados, sócios e não sócios, a contribuição assistencial autorizada pelos empregados da categoria por assembleia, no valor equivalente a duas parcelas de **4% (quatro por cento)** cada uma, **nos meses de janeiro e julho de cada ano**, limitado ao máximo de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por parcela, e repassarão ao sindicato profissional, até o 5º dia útil do mês subsequente ao desconto, mediante depósito em conta corrente, em guias fornecidas pelo próprio sindicato profissional.

§ 1º: Este desconto tem como fundamentação legal o artigo 8º, incisos, II, III, IV e VI da Constituição Federal, a Convenção nº 95 da OIT, ratificada pelo Brasil, em seu artigo 8º, item 1, além do Verbete 363 do Comitê de Liberdade Sindical da OIT artigo 513 alínea "e" da CLT, Nota Técnica do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE nº 02/2018/GAB/SRT de 16/03/2018, além da Nota Técnica nº 02/2018 e 03/2019 do MPT – Ministério Público do Trabalho, Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical – CONALIS, e Enunciado nº 38 da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA além da Ementa do XIX Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Comissão 03, Ordem 18, e recentes homologações de CCTs em mediação coletiva tanto pela Presidência no TRT/12 como pelo TST (22/05/2018) PMPP nº 100019176.2018.5.00.0000, bem como na decisão da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/11/2019 nos termos do edital de convocação para a qual foi convocada

todos os integrantes deste setor da categoria profissional que estabeleceu ser a referida assembleia fonte de autorização prévia e expressa da categoria, e deliberando que as empresas ficam autorizadas e obrigadas a descontar da folha de pagamento de cada integrante da categoria profissional beneficiado por este instrumento normativo, sócio e não sócio, o valor estabelecido a título de contribuição assistencial em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Lages, nos percentuais acima definidos, visto que os benefícios conquistados são direitos de toda categoria por força constitucional da representação compulsória.

§ 2º: Conforme deliberação da assembleia, fato gerador para o desconto, fica garantido o direito à oposição ao desconto previsto nesta cláusula do empregado não sindicalizado, por meio de manifestação pessoal perante o Sindicato Laboral, de próprio punho, no prazo de 15 (quinze) a ser exercido entre os dias 06 e 21 de janeiro de 2020, com cópia contendo o competente protocolo expedido pela entidade laboral encaminhada pelo signatário à empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas são obrigadas a enviarem a entidade sindical profissional, a relação dos empregados abrangidos pela contribuição assistencial e de outros descontos instituídos pela categoria, até 15 (quinze) dias após o recolhimento, com o nome do empregado, função, data de admissão, valor do salário e do desconto.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - MENSALIDADES ASSOCIATIVAS E OUTRAS VERBAS

As empresas descontarão na folha de pagamento de seus empregados e repassará ao sindicato profissional, até o 5º dia útil do mês subsequente ao desconto, o valor das mensalidades associativas autorizadas prévia e expressamente no ato de filiação e encaminhado à empresa, em guias fornecidas pela entidade profissional, bem como outras verbas legais que forem autorizadas pelos empregados da categoria e dado ao conhecimento das empresas pelo sindicato profissional. A empresa encaminhará cópia das guias e relação de funcionários com o valor do desconto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o desconto.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os atestados fornecidos por médicos e dentistas das entidades sindicais profissionais serão aceitos pelas empresas para todos os efeitos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO - PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DAS ENTIDADES SINDI

Em vista das alterações promovidas pela lei n. 13.467/17 e com fulcro no artigo 611-A da CLT, o Acordo Coletivo de Trabalho de qualquer natureza formalizado pela empresa e sindicato profissional somente terá validade se anuído também pela entidade Patronal, sem a qual serão considerados nulos, e terá custo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário normativo a ser rateado entre as entidades representativas.

Parágrafo Único: A empresa que comprovar estar em dia com as contribuições devidas do sindicato patronal e econômico terá desconto de 50% no resultado do valor calculado no caput desta cláusula.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - NORMAS DE ADESÃO LIVRE E CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Com fundamento no que dispõe o artigo 611-A da CLT, nos princípios da autonomia privada coletiva e da adequação setorial negociada, fica facultado às empresas associadas e não associadas aderir às cláusulas abaixo elencadas, desde que para tanto e como condição de utilização válida e legal das referidas normas, obtenha o **CERTIFICADO DE REGULARIDADE** emitido pelos Sindicato Profissional e Patronal, mediante as seguintes condições:

A) As empresas devem estar adimplentes com suas obrigações perante o sindicato patronal e profissional quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na presente Convenção Coletiva de Trabalho, Assembleias da categoria e/ou Acordos Coletivos de Trabalho.

B) As empresas interessadas na emissão do Certificado de Regularidade deverão apresentar REQUERIMENTO junto ao Sindicato Profissional mediante protocolo físico na sede da entidade ou digital através do email sec.lages@seclages.com.br com cópia para o sindicato econômico através do email sergiogiacometti@yahoo.com.br. No Requerimento a empresa comunica a(s) cláusula(s) que pretende aderir, informando dados da empresa, endereço, telefone, email, eventual contabilidade/contabilista responsável, quantidade de trabalhadores abrangidos e demais informações eventualmente previstas nas cláusulas que se pretende aderir.

Parágrafo Primeiro: Os demais procedimentos operacionais complementares eventualmente necessários para a emissão do CERTIFICADO DE REGULARIDADE serão estabelecidos de comum acordo entre Sindicato Patronal e Profissional, em documento apartado a ser disponibilizado no site das respectivas entidades e/ou enviados por email, se necessário. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, os interessados poderão entrar em contato diretamente com os sindicatos convenientes, pessoalmente ou através dos emails supramencionados ou ainda, nos telefones: (49) 3224 3504 (Sindicato Profissional) e (49) 99980-1244 (Sindicato Patronal).

Parágrafo Segundo: Para validade, o Certificado de Regularidade emitido pelo Sindicato Profissional será assinado por ambas às entidades sindicais, Patronal e Profissional.

Parágrafo Terceiro: Visando ampliar a divulgação dos termos desta Convenção Coletiva e considerando a necessidade de adaptação das partes e período de transição para a implementação das inovações aqui instituídas, o CERTIFICADO DE REGULARIDADE passará a ser emitido a partir de **01/02/2020**, data a partir da qual será obrigatória a obtenção do referido Certificado para utilização das cláusulas facultativas que exigem adesão, sob pena de infração a esta convenção.

Parágrafo Quarto: Qualquer interessado poderá consultar o cadastro sindical das empresas que possuem o Certificado de Regularidade, mediante solicitação expressa.

Parágrafo Quinto: Nenhuma responsabilidade poderá ser imputada aos Sindicatos Patronal e Profissional, caso as empresas optem pela utilização/aplicação das cláusulas objeto de adesão.

Parágrafo Sexto: Adimplidas as obrigações previstas nos incisos 'A' e 'B', será expedido pelos sindicatos Patronal e Laboral, CERTIFICADO DE REGULARIDADE para uso das cláusulas abaixo elencadas:

ADESÃO 01: INTERVALO INTRAJORNADA: Com fundamento no inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso III do artigo 611-A da CLT, o intervalo intrajornada, previsto no art. 71 da CLT, somente mediante obtenção de CERTIFICADO DE REGULARIDADE, poderá ser de 30 (trinta) minutos até três (03) horas, observada a legislação vigente no que se refere ao fornecimento de refeição e local adequado para empresa que utilizar o tempo inferior à uma hora.

ADESÃO 02: SEMANA ESPANHOLA: Com fundamento no inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal do Brasil, parágrafo segundo do artigo 59 da CLT e inciso I do artigo 611-B da CLT, somente mediante CERTIFICADO DE REGULARIDADE, as empresas poderão adotar sistema aqui denominado "semana espanhola", alternando semanalmente as jornadas de trabalho com duração de 40 horas (cinco dias de 08 horas normais) e 48 horas (seis dias de 08 horas normais):

a) a adoção do sistema de alternância de jornadas semanais (40/48 horas) poderá ser por setor/departamentos, turnos de trabalho ou grupo de empregados, objetivando a manutenção das atividades da empresa.

ADESÃO 03: EXAME DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO – PRORROGAÇÃO: Com fundamento no artigo 611-B da CLT, somente mediante CERTIFICADO DE REGULARIDADE as empresas poderão prorrogar para 270 dias o prazo estabelecido na NR-7, Portaria 3214/78, item 7.4.3.5.1.

ADESÃO 04: HORAS EXTRAS EM LOCAL INSALUBRE: As empresas podem exigir trabalho extraordinário em local insalubre, nos termos da cláusula 29, denominada "Horas Extras".

ADESÃO 05: JORNADA DE TRABALHO EM REGIME ESPECIAL – 12 x 36: Com fundamento no inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal do Brasil e no artigo 611- A e B da CLT, somente mediante CERTIFICADO DE REGULARIDADE as empresas poderão formalizar jornada especial de prorrogação de horas de trabalho no regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, observado o intervalo intrajornada de uma hora para repouso e alimentação ou, na sua falta, pagamento de uma hora extra por dia laborado.

ADESÃO 06: TRABALHO EM DOMINGOS, FERIADOS: Com fundamento no inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal do Brasil e no artigo 611- A e B da CLT, somente mediante CERTIFICADO DE REGULARIDADE, fica autorizado o trabalho em domingos e feriados na forma de revezamento, assegurado:

a) o pagamento de prêmio a cada evento, no valor de R\$ 59,00 (domingo) e R\$ 71,00 (feriado), sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

b) concessão de folga compensatória sem prejuízo da concessão de repouso semanal remunerado após o trabalho em seis dias consecutivos.

c) o feriado coincidente com o domingo será considerado como 'FERIADO' para os efeitos do presente instrumento coletivo.

d) As compensações (folgas) para os empregados comissionistas deverão ser remuneradas, a exemplo do Descanso Semanal Remunerado, tendo como base de cálculo o total da comissão auferida no mês em que houve a realização de horas excedentes.

e) Fica preservada a disposição legal estabelecida no Artigo 66 da CLT, no tocante a obrigatoriedade do intervalo interjornada de 11 horas consecutivas.

f) A empresa que aderir a presente cláusula deve quitar antecipadamente o valor descrito na tabela abaixo, destinado ao custeio do sindicato patronal pela assessoria prestada neste instrumento coletivo, em guia emitida pela entidade, em parcela anual única, ficando isentas deste pagamento as empresas que estiverem com suas obrigações e contribuições pagas com os sindicatos laboral e patronal:

- empresas com até 10 funcionários: R\$ 150,00
- empresas com 11 a 20 funcionários: R\$ 250,00
- empresas com 21 a 30 funcionários: R\$ 350,00
- empresas com 31 a 40 funcionários: R\$ 450,00
- empresas com mais de 51 funcionários: R\$ 550,00

g) A não observância das normas acima por parte da empresa implicará em multa de 3 (três) salários normativos da categoria profissional, por empregado e por infração, revertendo paritariamente entre as entidades sindicais firmatárias. Em caso de reincidência a multa será cobrada em dobro.

ADESÃO 07: COMPENSAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE JORNADA - BANCO DE HORAS: Com fundamento no inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal, no §1º do artigo 3º da “Lei dos Comerciantes” nº 12.790/2013 e no artigo 611-A da CLT, somente mediante CERTIFICADO DE REGULARIDADE será permitido a prorrogação e compensação de jornada, inclusive, no sistema “Banco de Horas” e submetido às seguintes condições:

a) Até 20 horas mês, débito/crédito, para compensação dentro do período máximo de 60 (sessenta) dias a contar do início da implementação do sistema de prorrogação e compensação de jornada, “banco de horas”;

b) As horas excedentes do estipulado na letra “a” serão pagas na forma da Cláusula denominada “Horas Extras”.

c) As horas despendidas no balanço anual, quando realizado em domingos ou feriados autorizados, não poderão ser compensadas, devendo ser remuneradas com acréscimo de 100%.

d) As empresas abrangidas pela presente CCT que tiverem interesse em utilizar no acordo de Banco de Horas diferenciado, deverão solicitar à entidade laboral a realização de Acordo Coletivo.

e) As horas extras trabalhadas em horário especial natalino não poderão ser compensadas no banco de horas, devendo ser remuneradas na forma do *caput* da Cláusula denominada “Horas Extras”.

- f)** Horas excedentes da jornada normal de trabalho prestadas em domingos e feriados autorizados não estão sujeitas ao regime de compensação prevista nesta cláusula.
- g)** Na rescisão contratual, o saldo positivo de horas será pago na forma do *caput* da cláusula denominada "Horas Extras". Eventual saldo negativo não implicará desconto para o empregado.
- h)** As horas não compensadas na forma da letra "a" desta cláusula deverão ser indenizadas com adicional de 150% em relação à hora normal.
- i)** As empresas que utilizarem o banco de horas deverão elaborar planilha mensal constando folgas antecipadas e jornadas elasticadas, para a devida compensação.
- j)** As empresas deverão notificar o empregado, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas), o dia em que procederá a compensação de horas.

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - MULTAS

Em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste instrumento, fica estabelecido às seguintes penalidades, exceto para as cláusulas que já possuem previsão de multa:

- a) OBRIGAÇÃO DE FAZER:** Será aplicada multa por descumprimento de obrigação de fazer, no valor equivalente a 10% do salário básico, em favor da parte prejudicada.
- b) DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA.** Multa equivalente a 5% do Salário Normativo, por empregado e por infração, pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento normativo, revertendo-se em favor da parte prejudicada.
- c) MORA SALARIAL (Cláusula 11):** independentemente da correção monetária de lei e da multa pelo não-cumprimento de obrigação de fazer, a empresa pagará mora pelo atraso no cumprimento da obrigação salarial equivalente aos seguintes percentuais e respectivos períodos de atraso:
- i)** do 6º ao 10º dia útil, multa de 1% (um por cento) por dia de atraso do salário;
 - ii)** do 11º ao 30º dia, multa de 3% (três por cento) por dia de atraso do salário;
 - iii)** a partir do 31º dia de atraso do salário, multa de 5% por dia de atraso do salário.
- d) NÃO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVISTAS NESTA CCT:** Multa equivalente a quatro salários normativos, revertida paritariamente para a entidade Patronal e Laboral a ser pago pela empresa que descumprir as cláusulas 45 e 46 desta CCT, sem prejuízo da atualização monetária e juros legais.
- e) NÃO HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL.** Multa equivalente a 01 (um) salário normativo, a favor do empregado, e de 02 (dois) salários normativos - divididos em favor da entidade laboral e patronal - pela não homologação das rescisões sindicais na entidade profissional, conforme previsto na cláusula 23 desta norma convencional.
- f)** Descumprimento de decisão judicial para exibição de documentos promovida pelo Sindicato Profissional após tentativa amigável para apresentação de documentos, a empresa incorrerá em penalidade de 01 salário normativo por empregado, em favor da entidade autora. Empresa detentora de Certificado de Regularidade estará isenta desta penalidade.

§ Primeiro: No que diz respeito às cláusulas facultativas que dependem de adesão, através de CERTIFICADO DE REGULARIDADE, elencadas na cláusula denominada "**NORMAS DE ADESÃO LIVRE E CERTIFICADO DE REGULARIDADE**" (**Adesão de 01 a 07**), na hipótese da empresa não ser detentora do certificado de regularidade a que alude a referida Cláusula, fazendo indevido uso das referidas normas de adesão, incorrerá em penalidade pedagógica no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por trabalhador afetado e por cláusula utilizada indevidamente, a ser dividida entre os sindicatos convenientes para fortalecer a fiscalização ao cumprimento da Convenção Coletiva e ainda desconsideração de validade e eficácia das referidas normas de adesão, arcando com todos os ônus e diferenças de pagamentos perante os empregados atingidos.

§ Segundo: A quitação da penalidade nesta cláusula, não confere às empresas quitação de seus débitos/obrigações com as entidades sindicais signatárias.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

As empresas admitem, expressamente, a entidade profissional como parte processual ativa para propor ação de cumprimento de quaisquer das cláusulas contidas neste termo, a seu favor ou a de seus associados ou integrantes da categoria profissional.

**PEDRO ELOI BASSIN
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE LAGES**

**SERGIO DE GIACOMETTI
PRESIDENTE
SIND DO COM VAREJ DE PRODUTOS FARMACEUTICOS DO OES CAT**

ANEXOS ANEXO I - ATA

ATA [Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.